

The image shows a modern architectural interior with a prominent, dark, angular concrete beam in the foreground. In the background, there are wooden elements, including a staircase and a wall, and a window with a view of the outdoors. The lighting is dramatic, highlighting the textures of the concrete and wood.

Arquitetura  
e Cidadania

ATELIER

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA

## Uma imensa simplicidade. A cidade que se constrói na Rua da Alegria

JOÃO LOPES

«Certamente que não está nas nossas mãos a harmonia das famílias ou a felicidade dos homens. Mas pode estar nelas, se forem desculpidas, inóbeis ou imensas corações, grandes somas, atemorizadas comas de infelicidade e sofrimento. [...] Podemos ser, se quisermos, elementos activos, podemos ajudar poderosamente a construir o futuro, a dar a essa nova civilização uma marca bem humana.»

### **A cidade como pretexto**

A cidade e o território são para Nuno Teotónio Pereira matéria de reflexão que ele partilha através de textos e comunicações, ou participando nas mais diversas plataformas de debate existentes, mesmo quando não era permitido, abordando temas que vão da cidade como processo de resolução do problema da habitação à responsabilidade do arquitecto na transformação do meio urbano, dos problemas sociais urbanos às reflexões em torno da cidade tem espeço de *Justiça nas cidades para o território à sua organização*. So, em 1968, no 1.º Congresso Nacional da Arquitectura, em conjunto com Costa Martins, afirma que só através de uma «[...] planificação nacional [...] e por meio de uma intensa e próxima acção unificada de inúmeros sectores do saber e do trabalho humanos [...] é possível resolver o problema da habitação, no princípio de 2000, pelo o *Jornal do Arquitecto*, a propósito da publicação que vem a ser «Processo de Regeneração em Lisboa», retoma o debate da regeneração, que defendeu no referendo de 1978, como «projeto estratégico e mobilizador para o País» indicando três condições indispensáveis para a sua definição: «1. Dimensão territorial e demográfica; [...] 2. Racionalidade territorial [...] 3. Preservação e reforço das identidades territoriais [...]».

Significativamente, no atelier Nuno Teotónio Pereira foi elaborado um conjunto de planos para tal longo período de actividade que se iniciou em 1947. Mesmo se a esta imagem adicionarmos alguns planos gerais associados aos programas habitacionais, assim como os projetos que não convergiram para

além da fase de estudo ou concurso, não se poderá dizer que a sua principal actividade seja o planeamento urbano, mas que este se assume antes como um trabalho entre outros, um desafio a resolver com sentido pragmático, investigando, experimentando e inovando na abordagem e nas soluções. Trabalhos nem por isso de menor importância, pela forma como se distribuem ao longo do tempo, como se agrupam entre si, pelos seus intervenientes e também pelo seu possível significado para a compreensão do fenómeno urbano em Portugal.

### A arquitectura como cidade

A reflexão em torno da cidade revela-se não apenas nos planos ou nos textos, mas na prática quotidiana da arquitectura, nos edifícios e na forma como participam no seu contexto ou se dispõem ao uso, da moradia unifamiliar ao edifício de habitação colectiva, do edifício de serviços ao equipamento religioso.

Se o Conjunto de Casas de Renda Económica para Braga, de 1950, revela em termos urbanos a experiência pessoal de trabalho efectuado no município de Lisboa, acompanhando a construção do Bairro de São Miguel (configurando edifícios-quarteirões à imagem do Bairro de Alvalade, substituindo os logradouros por espaços públicos), já a proposta elaborada para Elvas, embora cumprindo a obrigação de «edifícios plurifamiliares de carácter social em regime de arrendamento, mas, ainda assim, com o máximo expressamente consignado de "rés-do-chão e três andares"»<sup>4</sup>, revela a influência da *Carta de Atenas* na «livre disposição» dos blocos de habitação no território – um lote de pequenas dimensões para quatro bandas de edifícios, acessíveis por vias pedonais, distintas das vias para automóveis. Este tipo de abordagem é ainda mais evidente nos Blocos de Fátima, de 1951, onde duas «unidades de habitação» são dispostas perpendicularmente à Igreja de Nossa Senhora de Fátima, apoiadas em *pilotis* sobre o espaço verde, num quarteirão do reticulado das Avenidas Novas.

Talvez cumprindo o disposto nos votos e conclusões do 1.º Congresso Nacional de Arquitectura – «Que no estudo dos problemas do Urbanismo e da Edificação se encarem objectivamente os princípios expressos na *Carta de Atenas*, sempre que se apresentem problemas em fases idênticas às que deram origem ao seu enunciado, e não esquecendo nunca que a sua aplicação deve fazer-se em estreito contacto com as realidades nacionais»<sup>5</sup> –, Nuno Teotónio Pereira rapidamente abandona o enunciado «moderno». O Bloco das Águas Livres corresponde ao «primeiro momento no questionamento do método internacional»<sup>6</sup>, não só pela sua materialidade formal, mas também pela sua conti-



Conjunto de Casas de Renda Económica, Braga



Blocos junto à Igreja de Nossa Senhora de Fátima, Lisboa  
(proposta para concurso)

idade urbana, onde o edifício assenta no terreno e a galeria comercial é um paço de circulação sobranceiro à rua, contrariando a aparente ruptura.

A entrada de Nuno Portas para o *atelier* em 1957 «acarreta uma inflexão crítica [...]. Repensa-se a linguagem da arquitectura [...], esbatendo-se os conteúdos abstractos (modernos) que ainda subsistem, fazendo emergir o tom de maior realismo»<sup>7</sup>, desde logo expresso nas diferenças entre a primeira e a segunda propostas para o Edifício de Habitação, Escritórios e Comércio na Rua de São Filipe Nery (não construído). De um edifício de habitação em altura perpendicular a um de serviços, um «T» disposto num terreno triangular, passamos a um conjunto de edifícios organicamente disposto no terreno, atendendo ao seu declive e posição solar, configurando um *plateau* ajardinado percorrível.

São resultado dessa procura de um espaço de cidadania, em que se esbate a fronteira entre o público e o privado, transformando-o num espaço uno, o projecto da Igreja do Sagrado Coração de Jesus e o Edifício de Escritórios e Comércio da Rua Braamcamp, conhecido por «Franjinhas». Se, no primeiro, a construção passa a ser o espaço do vazio, ou seja, de uma rua que atravessa o quarteirão, e se, ao longo dessa escadaria, se recriam praças e esplanadas; no segundo, a rua multiplica-se em diversos planos de circulação e de estar, criando novas formas de sentir o espaço urbano. É também esta forma de pensar que estará na origem do projecto/estudo para o Centro Comercial de São Sebastião, onde se articula a dimensão urbana da cidade com a escala do transeunte – na grande galeria que se abre à avenida, com o acesso por transporte público, através do metropolitano, e pelo automóvel particular, que, entrando em novos níveis, permitiria a criação de novas praças ao nível da rua. Edifícios que são em si mesmos uma nova forma de ser cidade, porque «[...] não pode haver edifício que não faça cidade, ou seja, não há tipologia que não esteja, por estrutura, integrada por uma morfologia urbana. Fora deste sistema não há se não individualismo ou ilusão tecnocrática»<sup>8</sup>.

Na década de 1980 e princípios da de 90, um conjunto ainda significativo de projectos, estudos ou concursos que não tiveram desenvolvimento é exemplo da flexão em torno do urbano na forma como constroem a cidade. Seja a proposta para o Centro Cultural de Belém, onde um pórtico estabelece a continuidade entre os Jerónimos e a Torre de Belém; seja o Empreendimento Saldanha-Coelho, também conhecido por Quarteirão do Anjo, onde um único edifício mata a Avenida da República e desce a Avenida Fontes Pereira de Melo atravessando-a superiormente, constituindo assim uma nova praça a meio dessa



Edifício de Escritórios e Comércio «Franjinhas»

avenida; seja ainda a proposta do Complexo Tivoli, onde é retomado o tema do atravessamento urbano do quarteirão.

Contrariando a «má sina» dos anteriores projectos, entre 1993 e 2003, um conjunto de intervenções, ainda por concluir, vai alterar profundamente o Cais do Sodré. Uma unidade constituída por fragmentos, o Intermodal é um conjunto de peças: uma estação de metropolitano, uma estação ferroviária e uma estação fluvial. Partes que se deixam penetrar pela cidade, e ao mesmo tempo a invadem, interligadas pelos passageiros que as atravessam impunes, usufruindo da sua serenidade.

### **Pontes para uma cidade**

Em 1955 e 1958, são encomendados ao *atelier* os seus dois primeiros planos, ou antes, Anteplanos Gerais de Urbanização, do Crato e de Fronteira. Mesmo sabendo que o anteplano é apenas um documento orientador do desenvolvimento urbano, com um carácter de gestão passiva, mas seguindo ainda a intenção inicial e obrigatória «[...] de planear os aglomerados urbanos, dando-lhes uma nova configuração, localizando novos equipamentos, orientando a instalação de redes viárias e de serviços [...]», conforme estabelecido para a figura do Plano Geral de Urbanização instituída por Duarte Pacheco em 1934, em ambos os casos se revela a exigência de conhecer e compreender o território para melhor responder ao seu futuro. Uma abordagem a que não será estranha a formação adquirida por Nuno Teotónio Pereira no I Curso Livre de Arquitectura Paisagista, de Caldeira Cabral, e as lições de geografia, como aluno livre de Orlando Ribeiro.

O Anteplano Geral de Urbanização do Crato, elaborado por Nuno Teotónio Pereira com a colaboração de José Pedro Martins Barata, é uma proposta de desenvolvimento urbano para aplicação em duas fases que contempla zonas de habitação, de pequena indústria, nomeadamente de artesanato, de novos equipamentos públicos como escolas e o mercado, e também zonas verdes. Partindo de um levantamento exaustivo das características do Crato – do construído à sua população –, do qual resultou um diagnóstico e um prognóstico para a sua evolução, elaborou-se uma proposta pragmática de consolidação da malha urbana – ocupação de vazios, criação da continuidade urbana necessária entre vila e estação ferroviária, extensão controlada da malha existente, resolvendo continuidades e remates –, negando a construção de novos espaços de afirmação do regime, tão habituais e ao gosto da época. Na sequência deste plano foram encomendados dois projectos não construídos, o matadouro e o mercado.



Anteplano Geral de Urbanização do Crato

O Anteplano Geral de Urbanização de Fronteira, elaborado em 1958 com Nuno Portas, não se distingue em muito da anterior abordagem nem, em termos conceptuais, do resultado do plano de Crato. Estamos perante uma solução idêntica para um problema semelhante numa vila com características análogas.

Um trabalho que se inicia também com o levantamento exaustivo das características da vila com vista à elaboração de um diagnóstico, resultando numa proposta de consolidação da malha existente, através de novas zonas de logística industrial, de espaços verdes e de dois núcleos habitacionais, para além de diversos equipamentos e da expansão do perímetro urbano de forma controlada, estabelecendo regras de protecção às hortas de proximidade, na periferia da população.

O projecto para a Companhia de Celulose do Ultramar Português, elaborado em 1958, é um projecto total, do plano à habitação, a edificar num terreno «virgem» no Alto Catumbela, perto da cidade de Ganda, Angola, onde a necessidade de resposta de um programa pré-determinado não se confronta com as fronteiras de uma realidade existente.

As legendas do projecto indicam como autor o Grupo Habitat, designação adoptada pela equipa constituída por Nuno Teotónio Pereira, que assina o Plano Geral e a Coordenação do Projecto, por Bartolomeu da Costa Cabral, responsável pelos projectos de arquitectura das habitações, assim como dos equipamentos sociais e de escritórios, por António Freitas Leal, que desenhou toda a instalação fabril, e pelo arquitecto paisagista Júlio Moreira.

Delimitada a nascente pelo Caminho-de-ferro de Benguela e a poente pelo Rio Catumbela, uma via central de acesso estrutura e liga as diversas zonas, determinadas não só por questões funcionais, mas também raciais. A nascente do eixo principal, propõe-se a zona residencial, para a qual é apresentado desenho detalhado, e a zona fabril; no espaço livre entre elas, prevêm-se zonas de



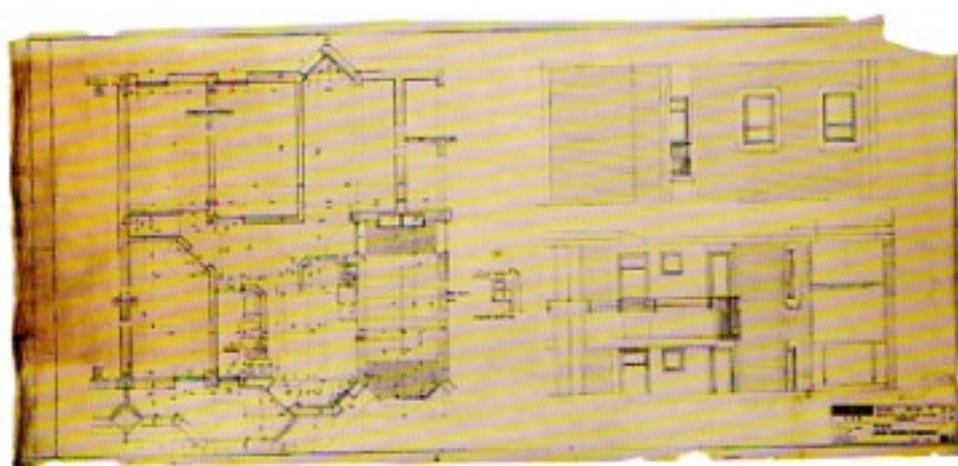
Complexo Fabril  
e Residencial  
em Ganda  
(Angola)

expansão futura, o posto médico e a subestação, equipamentos colectivos pousado com piscina e campo de ténis, comércio, clube, igreja e escola, dispostos ao longo da estrada, constituem a fronteira da zona residencial. A paragem, do outro lado da estrada, a zona desportiva e o Bairro Indígena, discriminação que enquadra a indeterminação dos seus limites e traça um plano moderno mas também colonialista.

O Plano da Baía dos Tigres elaborado em 1959, estudo não desenvolvido, é uma reflexão em torno da evolução de uma nova cidade, em três faixas, para os cem mil habitantes «civilizados» e «não civilizados», designação «suída» para uma inclassificável discriminação racial, propondo duas localizações distintas para as mesmas características: zona central com dois núcleos, comercial e administrativo; duas zonas residenciais, civilizada e não civilizada, desenvolvidas em sentidos opostos, para cada um dos lados da zona central; espaços verdes em torno de cada uma das zonas e unidades identificadas, implantação da zona industrial tendo em conta os ventos dominantes e zonas verdes de protecção. À mesma abstracção, uma alteração de escala.

Em 1971, mais de dez anos depois, surge a primeira oportunidade de propor cidade, de intervir na malha urbana consolidada, numa área de consideráveis dimensões e de elevada densidade, o Alto do Restelo, localização privilegiada e de melindroso enquadramento como é a encosta sobre Belém. A Câmara Municipal de Lisboa encomenda um Plano de Pormenor, ou Urbanização, com duas condicionantes que pressupõem objectivos aparentemente antagónicos: primeiro, não alterar o perfil da encosta dessa forma salvaguardando tanto quanto possível a panorâmica dos Jerónimos, em reacção às já construídas Torres do Alto do Restelo; segundo, uma elevada densidade habitacional, num *standard* médio/alto, atendendo aos objetivos comerciais da operação. É este pedido que irá permitir aos seus autores, Nuno Portas e Nuno António Pereira com Graça Maria Teles, proponer um outro modelo urbano, repensar a cidade tradicional em termos contemporâneos.

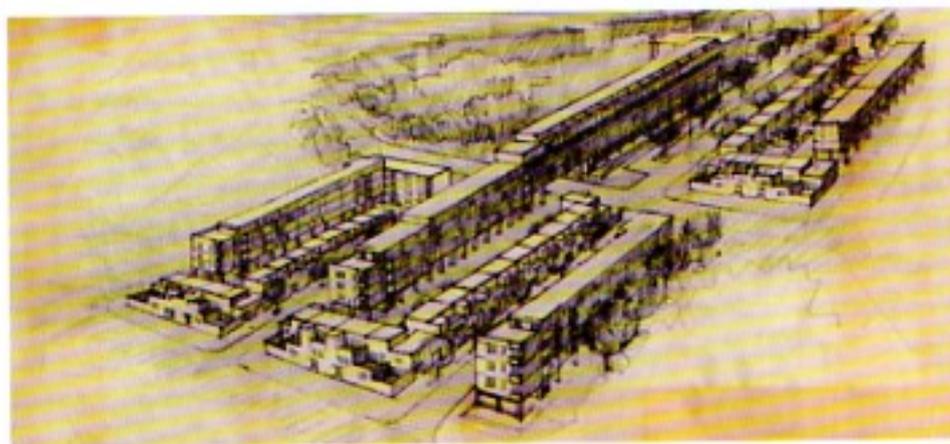
Depois das experiências em torno de diversas tipologias de habitação, das *unidades de habitação para a Associação de Inquilinos Lisboenses*, dos edifícios isolados das Torres e Bandas dos Olivais Norte, da oportunidade de recriar a rua e a praça na Célula C dos Olivais Sul, conforme sintetiza Nuno Portas no seu «Postfácio por Ocasião da Publicação em Revista do Projecto para o Restelo»<sup>17</sup>, dos já referidos equipamentos urbanos que são a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, o «Franjintas» e o Centro Cívico de São Sebastião, da investigação crítica



Olivais Sul,  
planta e  
detalhes  
de alçado

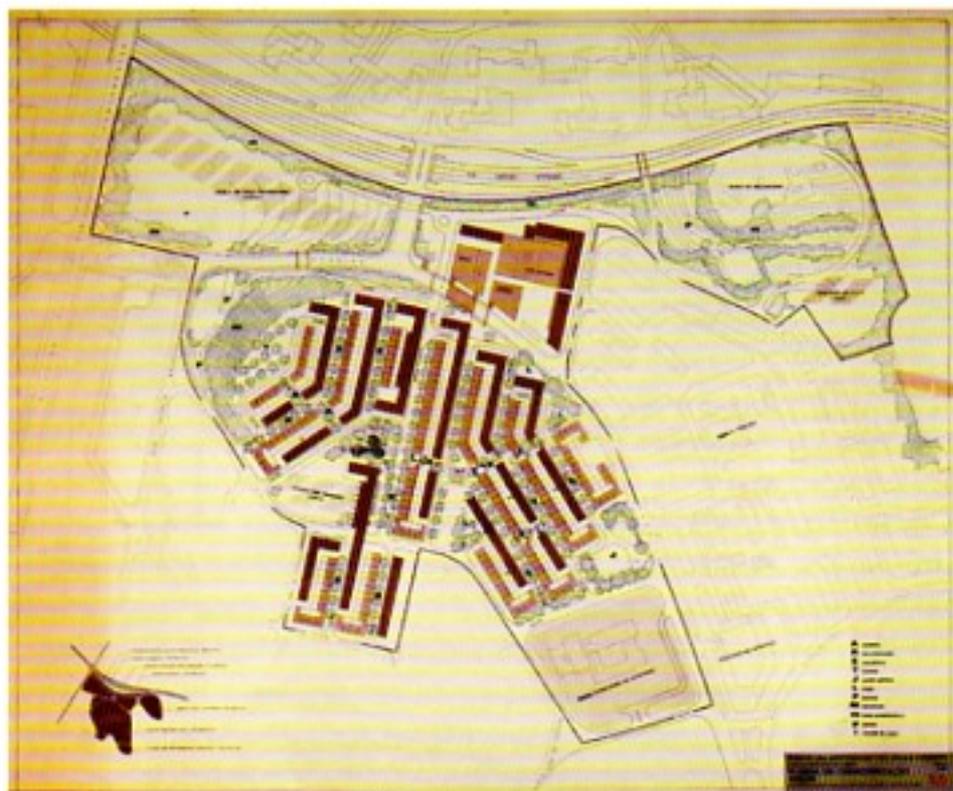
dos modelos de habitação e formas urbanas desenvolvida no âmbito do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, há oportunidade de passar à prática. A reflexão exerce-se em torno de novas teorias urbanas<sup>11</sup>, e a solução proposta teria de espelhar necessariamente a crítica aos conjuntos «modernos» da Infante Santo, à «Carta de Atenas» dos Olivais Norte, à *new town* dos Olivais Sul, e, ao mesmo tempo, propor uma reavaliação de Alvalade, cuja aceitação pela população tinha já sido confirmada em diversos inquéritos. A prática, a investigação e a teoria levam à decisão de definir ruas e quarteirões partindo de uma única regra – considerada clara e simples –, a altura dos edifícios é igual à largura das ruas<sup>12</sup>, por sua vez adaptadas à topografia do terreno. Ruas e quarteirões são pensados à escala humana, numa opção que só aparentemente revela simplicidade.

Desenham-se as ruas, o seu vazio, apontadas ao Tejo repetindo o modelo da cidade tradicional, como a Lapa, onde, à impossibilidade de orientar todo o edi-



Plano de  
Urbanização  
de Restelo,  
perspectiva

Plano de  
Urbanização do  
Restelo, planta



ficado para o rio, as fachadas abrem a nascente e poente. Um terço das habitações corresponde a moradias com três pisos e as restantes resultam em bandas com um máximo de seis pisos de altura, conjugando diferentes tipologias. Quarteirões abertos onde a proximidade dos planos é diluída graças à alternância entre blocos e moradias; continuidade urbana recuperada, da qual resulta um espaço público de ruas estreitas e passeios laterais arborizados. Ruas principais para circulação de peões e automóveis, que alternam com vias de serviço, no interior dos quarteirões, para acesso a pátios e estacionamento.

Se o uso residencial era o fulcro da intervenção, não se poderá deixar de referir o projecto para a área central, eixo de articulação entre o novo plano e as áreas circundantes, para o qual foi elaborado um aprofundado estudo do programa previsto. Uma proposta que conjugava espaços públicos, comércio de diversos tipos, habitação, salas de espectáculos, serviços, restauração e hotelaria.

A aceitação do modelo proposto pelo município resultou na encomenda imediata do quarteirão-piloto e, em seguida, de todos os edifícios que conformam o plano, da responsabilidade de Nuno Teotónio Pereira, Pedro Botelho e João

Paciência. Se o quarteirão-piloto é de imediato executado, os restantes não o serão, alguns deles nunca chegando a sê-lo. Interrompido em 1975, o processo será reiniciado em 1980 com a reformulação do plano e de todos os edifícios, com o objectivo de «embaratecer» o custo geral de obra e adaptar todas as tipologias ao novo regulamento de habitação, ao que se seguirá a elaboração do Quarteirão Rosa – inesperado limite nascente de um plano que o poder político inviabilizou, alterando os seus pressupostos e impossibilitando a sua concretização na totalidade. Pôs-se assim em causa a leitura de algumas das mais importantes experiências urbanas do final do século xx, em Lisboa.

Em 1978, retomando a actividade profissional interrompida com o 25 de Abril de 1974, Nuno Teotónio Pereira inicia o Plano Geral de Urbanização de Castelo de Vide. Por razões afectivas, ou pelo facto objectivo de não haver mais trabalho no atelier, este plano é o único ao qual se dedicou em regime de quase exclusividade, tendo como parceiro o arquitecto paisagista João Reis Gomes.

Os estudos preliminares que incidem sobre o levantamento físico, patrimonial e humano da vila são ainda mais aprofundados do que nos antecedentes anteplos. Este facto é justificado na descrição que o próprio Nuno Teotónio Pereira faz de Castelo de Vide: «A vila e a zona envolvente constituem um conjunto em que um rico património arquitectónico se insere num território muito interessante do ponto vista paisagístico. Assim, o diálogo entre a vila e a região circundante assume-se como primordial»<sup>13</sup>, não deixando de espantar as escalas de aproximação, da Península Ibérica ao terreiro da feira, passando pela do país e da região do Alto Alentejo/Beira Baixa, para a formulação de uma solução urbana onde é determinante a análise e a leitura da evolução histórica da urbe. Se o plano apresenta algumas propostas concretas de desenho para espaços fulcrais, o mais importante terá sido a definição de um conjunto reduzido de regras, muito claras e simples, que garantem a preservação e o desenvolvimento de Castelo de Vide: as zonas onde, até ao século xix, era proibido construir por razões militares são consideradas *non aedificanti*, preservando a imagem da vila; em alternativa, definem-se zonas de expansão localizadas na continuidade urbana, prevendo tipologias diversificadas; enunciam-se regras de intervenção no edificado existente; e estabelecem-se limites de construção na zona agrícola envolvente. Plano exaustivamente debatido com a população, constituirá um ponto de partida para a posterior elaboração do Plano Director Municipal (com Miguel Aragão) e para o Projecto de Reabilitação do Castelo e das Muralhas (numa primeira fase com Ana Rita Santos Jorge, depois com Nuno Malato e Alberto Cruz).



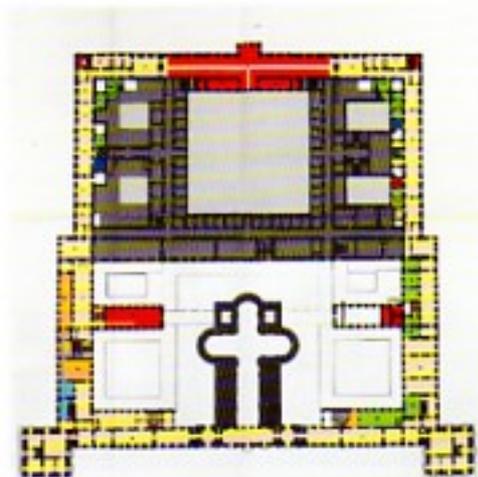
Discussão do Plano Geral de Urbanização de Castelo de Vide, vendo-se João Paciência, Gonçalo Byrne, João Sousa Lino, Caroline Tapadejo, João Luís Carrilho da Graça e Nuno Teotónio Pereira de pé.

O Plano Geral de Urbanização de Póvoa e Meadas, elaborado em 1986, resulta e repete a equipa, assim como a metodologia seguida em Castelo de Vide, naquela que é a segunda vila em população do Concelho. Mais uma vez surge a oportunidade de aprofundar o conhecimento em torno de uma população, de reduzidas dimensões e de grandes proprietários agrícolas, propondo-se a consolidação do núcleo central e regras de desenvolvimento para preservação da zona agrícola.

No final dos anos de 1980, o Conjunto Habitacional de Laveiras vai permitir a Pedro Botelho e Nuno Teotónio Pereira reflectir, passados dez anos, em torno da experiência do Restelo, da recuperação da rua e do quarteirão, mas aplicando-a a um contexto semi-rural em plena Costa do Sol: sem exigências comerciais indutoras da densidade urbana, reinterpretando as tipologias de habitação colectiva de acesso diferenciado, tão comuns na zona de Oeiras, adaptando-as a habitação social e usufruindo da disponibilidade de espaço existente. As ruas mais largas, acompanhando as curvas de nível, são o espaço privilegiado de sociabilização, enquanto na habitação, de realojamento e venda a custos controlados, se retoma a tipologia «convencional» de esquerdo/direito. Abandonam-se assim os anteriores espaços comuns de convivência no interior dos edifícios colectivos, como os patamares (introduzidos nas torres dos Olivais Norte) ou as galerias (contempladas nas bandas dos Olivais Sul); o espaço interior dos quarteirões corresponde a quintais, e os carros dispõem-se em espinha ao longo das ruas ou em unidades de estacionamento. A experiência urbana do Restelo perde a tensão e a habitação protagoniza o espaço na sua amplitude.

Em 1999, uma década após Laveiras, dá-se o retorno à cidade com a elaboração do Plano de Pormenor de Sacavém (PP5) do Parque das Nações, em parceria com o gabinete de paisagistas, ARPAS, coordenado por Luís Cabral. Com um extenso programa habitacional e de serviços, o desafio é resolver um problema complexo, agravado pelas expectativas depositadas na valorização de um território agreste localizado no limite do Parque das Nações, delimitado a sul pela Ponte Vasco da Gama e a norte pelo parque urbano, a nascente pelo rio e a poente pela linha ferroviária. A solução apresentada encara com pragmatismo o território e as suas condicionantes, dispendo os blocos habitacionais perpendicularmente ao rio e criando uma frente de serviços virada para a linha férrea, dispendo os equipamentos nas zonas de fronteira, originando assim unidades de protecção ao conjunto.

No âmbito dos projectos anteriores, o Plano de Recuperação e Revitalização do Palácio Nacional de Mafra, de Pedro Botelho, Nuno Teotónio Pereira e Nuno



Estudo de Recuperação e Revitalização do Palácio Nacional de Mafra

Portas, é um caso singular, porque incide num só edifício, cujos sentido patrimonial, escala e história se podem equiparar à dimensão de um território. Um estudo que se configura estratégico, muito para além da sua pele, se não mesmo da materialidade do edificado.

Tratou-se de estudar, interpretar e compreender um imenso edifício, esparilhado ao longo do tempo em diferentes usos que sempre se entrelaçaram – o palácio com o convento, ou o exército com o património e o município. Uma vez mais se cumpriu o essencial das metodologias utilizadas antes: levantamento do existente, arquitectura e usos, e conseqüente sistematização, e a proposta base de redefinição e redistribuição de usos com conseqüentes intervenções.

Mafra é, na verdade, um plano excepcional, não só pela sua dimensão, mas porque, não concretizando a obra a efectuar, define uma estratégia de intervenção, tendo como matéria de trabalho a reflexão em torno da natureza do património arquitectónico e do seu usufruto.

O Programa Pólis da Covilhã é talvez a maior intervenção urbana do *atelier* Nuno Teotónio Pereira/Pedro Botelho, novamente em parceria com o ARPAS. Os dois Planos Gerais de Urbanização, da Ribeira da Goldra e da Ribeira da Carpinteira, aos quais se associa o Plano de Pormenor de São João Malta, encomendado pelo Município e elaborado com o gabinete de arquitectura paisagista LoDo, configuram uma mão que agarra o centro da cidade, redefinindo-a. Intervindo nos limites do centro, estamos perante uma proposta de recentramento da cidade, uma fuga à periferia que há-de vir.

No Programa Pólis da Covilhã foram definidos cinco grandes objectivos – reabilitar os vales das ribeiras da Goldra e da Carpinteira, virar a cidade para esses vales, preservar o património industrial, favorecer a mobilidade pedonal, conso-

Programa Pólis Covilhã, Plano da Ribeira da Carpinteira



Urbanismo do urbano – que se resumem num único: contrariar o egresso em torno da cidade tradicional e a expansão desregrada dos subúrbios. Nuno Teotónio Pereira justifica a objectiva estratégica para a Covilhã no seu texto «Intervenções Que se Querem Exemplares e de Efeito Multiplicador»<sup>6</sup>. Não analisa e avalia a criação de um programa com a natureza do Pólis, onde a urbanização e administração central conjugam esforços para requalificação e valorização ambiental das cidades.

Pela dimensão dos dois Planos Gerais de Urbanização que o constituem (Carpinteira (128,2 hal) e Galeira (47,6 hal), propõe o tratamento dos ribeiros, a construção de «parques lineares», de zonas, jardins e parques e a recuperação de outros já existentes, a reestruturação viária e a construção de áreas de estacionamento automóvel, o enquadramento e a valorização paisagística de edifícios conjuntos, assim como a demolição de outros<sup>7</sup>. O Pólis da Covilhã é uma das intervenções mais vastas realizadas no âmbito deste Programa. Talvez, tem como motivo ou fim condutor um argumento de alguma forma pueril, ser que simultaneamente inocente e claro, mas também ambicioso e exigente por negar a realidade da natureza: propor a mobilidade pedonal num território arborizado como a Covilhã. Recuperar caminhos que sempre existiram, e de água nos vales e o dos humos, que sempre se haram voar sobre esses vales, então construir «pontes», ligar pontos distantes mas próximos, por meios de elevação mecânicos e através de portes.

«As pontes do século XX» existem no seu percurso sobre um passado industrial, sem retorno, acompanhando a contada do seu fim (significado).<sup>8</sup> Dizer um plus que tornem «acessível» a cidade. Um espaço «científico», mas, talvez, onde se poderá deambular e conviver, um lugar de cidadania.

### **A cidade da Rua da Alegria**

Então qual é a cidade da Rua da Alegria?

É a cidade de dia-a-dia, do arquitecto enquanto homem comum, do espaço real e concreto, e, ao mesmo tempo, de um futuro ideal que se acredita poder alcançar. É o distribuído do indivíduo para o bem comum, o extrapolar da política da teoria, o concretizar do só depois aparentemente óbvio. Saber que para além daquela casa, daquela rua, daquele bairro, daquela cidade, daquele território há uma outra possibilidade, cujo ponto de partida é o quotidiano.

A cidade de Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, Bartolomeu da Costa Castro e Pedro Viana Balteiro é a construção meticulosa de um novo espaço, composto

de fragmentos, todos eles aparentemente insignificantes, mas essenciais; novos, mas desde sempre existentes, peças de um quebra-cabeças que é necessário compreender antes de tentar montar.

Uma cidade da tolerância, que não se impõe, que percebeu não existir a rejeição em novos mundos por inventar mas apenas a possibilidade de este ser um mundo melhor. Um espaço da responsabilidade de saber viver.

Porque em tudo há uma imensa simplicidade.

«Como o rumor do mar dentro de um búzio»

O divino sussurra no Universo

Algo emerge: «penetrou, arrojado.»<sup>17</sup>

<sup>17</sup> Nuno Teófilo Pereira, «Reportagem: Seriação da Construção do Bairro», comunicação ao Conselho do Sindicato Nacional dos Arquitectos entre os dias 10 e 11 de Junho de 1960, Escritos, Porto: INAP, Publicações, 1996, p. 20.  
<sup>18</sup> Nuno Teófilo Pereira e N. José Matos, «Habitação e ajustamento social», 14.º Congresso Nacional de Arquitectos e Urbanistas da Associação Nacional de Arquitectos, Escritos, Porto: INAP, Publicações, 1996, p. 222.  
<sup>19</sup> Nuno Teófilo Pereira, «A Dúbia Interior e os Alargamentos do Eixo Norte», *Arquitetura*, n.º 100, São Paulo, Setembro de 2004.  
<sup>20</sup> Nuno Teófilo Pereira, «O Estado Novo de Lisboa em Povoação», *Arquitetura*, n.º 100, São Paulo, Setembro de 2004.  
<sup>21</sup> Nuno Teófilo Pereira, «O Estado Novo de Lisboa em Povoação», *Arquitetura*, n.º 100, São Paulo, Setembro de 2004.  
<sup>22</sup> Nuno Teófilo Pereira, «O Estado Novo de Lisboa em Povoação», *Arquitetura*, n.º 100, São Paulo, Setembro de 2004.

<sup>23</sup> Nuno Teófilo Pereira, «Reportagem: Seriação da Construção do Bairro», comunicação ao Conselho do Sindicato Nacional dos Arquitectos entre os dias 10 e 11 de Junho de 1960, Escritos, Porto: INAP, Publicações, 1996, p. 20.  
<sup>24</sup> Nuno Teófilo Pereira e N. José Matos, «Habitação e ajustamento social», 14.º Congresso Nacional de Arquitectos e Urbanistas da Associação Nacional de Arquitectos, Escritos, Porto: INAP, Publicações, 1996, p. 222.  
<sup>25</sup> Nuno Teófilo Pereira, «A Dúbia Interior e os Alargamentos do Eixo Norte», *Arquitetura*, n.º 100, São Paulo, Setembro de 2004.  
<sup>26</sup> Nuno Teófilo Pereira, «O Estado Novo de Lisboa em Povoação», *Arquitetura*, n.º 100, São Paulo, Setembro de 2004.  
<sup>27</sup> Nuno Teófilo Pereira, «O Estado Novo de Lisboa em Povoação», *Arquitetura*, n.º 100, São Paulo, Setembro de 2004.

<sup>28</sup> Nuno Teófilo Pereira, «Reportagem: Seriação da Construção do Bairro», comunicação ao Conselho do Sindicato Nacional dos Arquitectos entre os dias 10 e 11 de Junho de 1960, Escritos, Porto: INAP, Publicações, 1996, p. 20.  
<sup>29</sup> Nuno Teófilo Pereira e N. José Matos, «Habitação e ajustamento social», 14.º Congresso Nacional de Arquitectos e Urbanistas da Associação Nacional de Arquitectos, Escritos, Porto: INAP, Publicações, 1996, p. 222.  
<sup>30</sup> Nuno Teófilo Pereira, «A Dúbia Interior e os Alargamentos do Eixo Norte», *Arquitetura*, n.º 100, São Paulo, Setembro de 2004.  
<sup>31</sup> Nuno Teófilo Pereira, «O Estado Novo de Lisboa em Povoação», *Arquitetura*, n.º 100, São Paulo, Setembro de 2004.  
<sup>32</sup> Nuno Teófilo Pereira, «O Estado Novo de Lisboa em Povoação», *Arquitetura*, n.º 100, São Paulo, Setembro de 2004.

<sup>33</sup> Nuno Teófilo Pereira, «Reportagem: Seriação da Construção do Bairro», comunicação ao Conselho do Sindicato Nacional dos Arquitectos entre os dias 10 e 11 de Junho de 1960, Escritos, Porto: INAP, Publicações, 1996, p. 20.  
<sup>34</sup> Nuno Teófilo Pereira e N. José Matos, «Habitação e ajustamento social», 14.º Congresso Nacional de Arquitectos e Urbanistas da Associação Nacional de Arquitectos, Escritos, Porto: INAP, Publicações, 1996, p. 222.  
<sup>35</sup> Nuno Teófilo Pereira, «A Dúbia Interior e os Alargamentos do Eixo Norte», *Arquitetura*, n.º 100, São Paulo, Setembro de 2004.  
<sup>36</sup> Nuno Teófilo Pereira, «O Estado Novo de Lisboa em Povoação», *Arquitetura*, n.º 100, São Paulo, Setembro de 2004.  
<sup>37</sup> Nuno Teófilo Pereira, «O Estado Novo de Lisboa em Povoação», *Arquitetura*, n.º 100, São Paulo, Setembro de 2004.